

A Política de Assistência Estudantil e o governo Bolsonaro: uma revisão bibliográfica de 2019 a 2022

The Student Assistance Policy and the Bolsonaro government: a bibliographic review from 2019 to 2022

Laura Maria de Araújo Vencio¹

116

Resumo: Para a construção deste artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental de trabalhos científicos e documentos oficiais do governo federal. A discussão foi feita a partir de uma perspectiva teórica e crítica com o objetivo geral de “Inferir sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) durante o Governo Bolsonaro”, seguido de dois objetivos específicos: “Identificar o cenário geral para as Políticas de Educação Superior no Brasil pós 2016” e “Explicar o PNAES durante o período do governo de Jair Bolsonaro, mediante bibliografias pertinentes, publicadas entre 2019 e 2022”. Qualitativamente pode-se dizer que as reflexões a respeito da conjuntura das políticas de educação superior, principalmente sobre o PNAES, sofreram influências de um modelo antidemocrático, na contramão de sua natureza emancipatória. Portanto, faz-se necessária a reflexão dessa temática e publicização para fins de resistência, defesa e luta pela ampliação desses direitos.

Palavras-chave: Educação Superior. Assistência Estudantil. Bolsonarismo.

Abstract: A bibliographical and documentary search for academic works was carried out to write this article based on scientific papers and official documents from the federal government. The discussion is carried out from a theoretical and critical perspective with the general objective of “Drawing conclusions about the National Student Assistance Policy (PNAES) during the Bolsonaro government”, followed by two specific objectives: “Identifying the general scenario for Higher Education Policies in Brazil after 2016” and “Explaining the PNAES in the period of Jair Bolsonaro’s government through relevant bibliographies published between 2019 and 2022”. Qualitatively, it can be said that the reflections on the situation of higher education policies, especially on the PNAES, were influenced by an anti-democratic model and against its emancipatory character. Therefore, it is necessary to reflect on this issue

¹ Assistente social, bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especialista por meio do Programa de Residência Multiprofissional da Faculdade de Medicina (FAMED/UFU). Atualmente cursando mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFU) e membro do LAPGE/UFU. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8335-4209>. E-mail: laura.vencio@ufu.br

Recebido em 05/01/2025

Aprovado em: 12/02/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



and it should be published with the purpose of resistance, defense and struggle for the expansion of these rights.

Keywords: Higher Education. Student Assistance. Bolsonarism.

1 Introdução

As fundamentações da temática de Assistência Estudantil que norteiam este trabalho perpassam pelo histórico do Ensino Superior no Brasil, o qual esteve em expansão em momentos históricos como a ditadura militar, a redemocratização, o pós-homologação da Constituição Federal vigente de 1988 (CF/1988) e durante os primeiros mandatos do Governo Lula, por exemplo, trazendo indicadores de crescimento da esfera pública e privada de ensino, sendo a última com um crescimento exponencial pós-CF/1988.

(...) em 1980 havia 882 instituições de ensino superior no país. E, em 1995, apenas 12 instituições tinham se agregado ao sistema, contabilizando um pequeno crescimento de 1,36% no período. A segunda fase de expansão iniciou-se a partir de 1995. Por conseguinte, na última década houve uma verdadeira explosão de crescimento do ensino superior no Brasil. Contudo, a grande expansão do sistema nacional ocorreu em virtude do crescimento do sistema privado e, mais recentemente, pela diversificação das instituições. (BORGES, 2015, p. 258)

Durante o segundo mandato do governo Lula, Borges (2015) também informa a expansão da Universidade Pública a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), regulamentado em 2007, que teve como objetivo aumentar o acesso e permanência nos cursos de Graduação dessas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os marcos de potencialidades e limites em relação às Políticas para o Ensino Superior no Brasil do início do século XXI passaram por um inegável aumento no acesso a nível de graduação, mas também como consequências do avanço das políticas neoliberais no país, a partir da mercantilização da Educação. Em Dourado (2011) o autor corrobora com essas nuances, trazendo os pontos de tensão em relação à conjuntura de pós anos 2000 pela continuidade do maior número de matrículas estar no setor privado e haver a falta de recursos para as IFES vinculadas a essas medidas.

Como já citado anteriormente, o objetivo do então governo Lula era o avanço, o acesso a partir da expansão e o aumento da quantidade de graduandos no Ensino Superior, conciliando investimentos para o setor privado e ensino público.

Além do SISU, deve-se também dar destaque ao impacto da Lei Federal nº 12.711/2012 sobre o acesso ao ensino superior. Ela foi instituída em 2012 com a premissa de reservar cinquenta por cento das vagas ofertadas pelas IFES para

estudantes oriundos de escolas públicas, sendo que deste percentual se reservariam vagas para discentes com renda per capita de até 1,5 salários-mínimos e autodeclarados negros e indígenas. (SILVA E COSTA, 2018, p. 173)

Sabendo-se da diversidade do público universitário com o aumento das matrículas pela expansão, e a partir de outras políticas de intenção emancipatória como o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e as políticas de ações afirmativas para o público atendido que está em vulnerabilidade socioeconômica, o fator de permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é crucial para a conclusão do curso. Sendo assim, tais desdobramentos conjunturais justificam outras ações para a permanência dos discentes que delas necessitem.

Para percorrer a discussão desses tópicos, foi traçado o caminho metodológico da pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo geral igual ao desse artigo que é “Inferir sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) durante o Governo Bolsonaro”, seguido de dois objetivos específicos: “Identificar o cenário geral para as Políticas de Educação Superior no Brasil pós 2016” e “Expor o PNAES durante o período do governo de Jair Bolsonaro, mediante bibliografias pertinentes, publicadas entre 2019 e 2022”, discutidos sob uma perspectiva teórica, crítica e de caráter qualitativo. A fim de organizar os materiais de referência, os documentos públicos foram pesquisados em fontes oficiais das três esferas de governo, bem como em artigos e trabalhos científicos na plataforma digital *google scholar*, visto que o recorte temporal é recente e artigos são produções científicas de maior alcance e mais rápidas em publicação. Houve a verificação da origem dos periódicos e sua confiabilidade para uma aproximação maior com a rigidez acadêmica, com o descarte daqueles que não se encontravam no período de discussão escolhido.

Diante disso, os intervalos temporais elencados sinalizam o primeiro ano da governança de Jair Bolsonaro até o último (2019 a 2022) e o recorte de 2016 por ser o início do que Saviani (2020), denominado de golpe jurídico-midiático-parlamentar, o qual destituiu a presidenta Dilma, marcando também, segundo o mesmo autor, a expressão do avanço das forças da direita no cenário brasileiro sob influências internacionais.

2 A Educação Superior no Brasil pós 2016

Nesse momento, como exposto anteriormente, o Ensino Superior no país alcançou camadas da população que historicamente não ocupavam as universidades públicas. Durante seu governo, o Partido dos Trabalhadores (PT) conciliou e negociou politicamente para que ocorressem investimentos em políticas públicas e sociais.

Pode-se afirmar que os 12 anos de “lulismo” — que abrangeram os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro de Dilma Rousseff — efetivamente ampliaram as políticas sociais compensatórias, trazendo melhorias para os setores sociais mais empobrecidos (...). (MANCEBO, 2017, p. 877)

Ainda de acordo com Mancebo (2017), desde a virada do milênio a América Latina seguiu um caminho progressista; porém, em 2008 ocorreu mais uma crise econômica nos Estados Unidos, país que pressiona o sul global para a retomada dos preceitos neoliberais de austeridade fiscal. Pressionados por uma política externa financista, e após a presidenta Dilma conseguir sua reeleição, iniciou-se uma campanha interna para que em 2016 ocorresse o então golpe-jurídico-midiático-parlamentar para que o vice-presidente à época, Michel Temer, assumisse o governo.

O interstício entre março de 2015 e março de 2016 foi marcado pelo retorno às ruas de grupos de direita formados pelos setores médios da sociedade brasileira, reunidos em torno de pautas antidemocráticas e reacionárias, agregando conservadores e ultraliberais nas manifestações que legitimaram o golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff em 2016. (DUARTE, 2023, p. 9)

Diante dessa conjuntura, evidencia-se o documento “Uma ponte para o futuro”², por meio do qual o até então vice-presidente apresentou a agenda política de seu partido e, dentre as propostas, nota-se, principalmente, que “Todo o documento é atravessado por essa preocupação com a economia, com o mercado, com a iniciativa privada, com o crescimento e etc.” (CAVALCANTIE VENERIO, 2017, p. 157). Sendo assim, após a concretização do golpe, essa agenda de austeridade fiscal foi posta em prática em um curto espaço de tempo.

No que concerne à Educação, “A Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como a de Teto de Gastos, teve como efeito prático a suspensão da vinculação de 18% da arrecadação de impostos da União à Educação.” MEC (2024), assim possibilitando que o Estado investisse menos na pasta. A inclusão da Educação na Emenda partiu de uma tendência neoliberal global da “[...] necessidade de um atendimento mais ágil às demandas especializadas do processo de crescimento econômico e mudança social e, ainda, o que é particularmente importante, à necessidade de uma expansão da rede, mas com forte contenção nos gastos públicos.” (MANCEBO, 2017, p. 881). Ainda sob a luz da mesma autora, devido aos cortes de financiamento, a expansão das IFES foi refreada e o serviço na docência superior precarizado,

² De acordo com, Cavalcanti e Venerio (2017) “Uma ponte para o Futuro” é uma agenda política publicada pelo partido PMDB em 29 de outubro de 2015, o documento com 19 páginas foi lançado durante congresso nacional da Fundação Ulysses Guimarães.

de modo que nas instituições particulares o resultado foi o inverso por ter havido um crescimento econômico nas empresas responsáveis por elas.

O cenário exposto de crise econômica e política foi um solo fértil para a eleição de Jair Bolsonaro nas próximas eleições (2018) e a exponencial ascensão da direita no Brasil. Ainda em campanha, o presidente eleito reforçava discursos de ódio contra a educação superior, principalmente contra as universidades públicas, evidenciando o reacionarismo e a guerra cultural, característicos do neoliberalismo³ atual. O discurso do executivo federal permeava ataques ideológicos a Universidades como, por exemplo, o uso do termo “Balbúrdia” e ataques diretos aos benefícios como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), visto que Paulo Guedes, Ministro de Economia, em entrevistas relatava existirem “muitas bolsas e cotas” no contexto do ingresso no Ensino Superior Silva; Ribeiro e Andrade (2022).

Essas estratégias legitimaram, principalmente, o encurtamento do orçamento e já em 2018 o ataque ao meio científico se evidenciou a partir da diminuição nas bolsas de fomento da CAPES que “[...] teve 4.798 bolsas de pesquisa cortadas na época”, segundo Silva; Ribeiro e Andrade (2022, p. 166) e suspensão do edital de bolsas do CNPq. Ainda de acordo com os autores, o governo em questão também agiu contra a autonomia universitária, interferindo arbitrariamente em eleições para reitores ao colocar na reitoria de universidades federais pessoas de sua escolha. Nessa sequência de ataques e desmontes, também foi proposto o fim dos concursos públicos para a carreira docente. Seguindo no âmbito do Ensino Superior, o Ministro da Pasta expôs o Programa “Future-se” em julho de 2019.

O programa destina-se a reestruturar o financiamento do ensino superior público, ampliando o acesso a recursos privados como forma de financiar as atividades das universidades. Uma das finalidades da proposta é estimular que as instituições captem recursos próprios, com a abertura para contratação de organizações sociais ou de fundações de apoio para a execução de atividades e a possibilidade de as universidades fecharem parcerias diretamente com a iniciativa privada. (SILVA, RIBEIRO E ANDRADE, 2022, p. 167)

Essa seria uma proposta para adesão voluntária, que recebeu diversas críticas dos representantes das IFES diretamente afetados pelo Programa como os técnicos, docentes e discentes. A proposta original sofreu alterações devido aos embates das forças envolvidas; porém, sem atingir o cerne de seu problema.

³ Em Brown (2020) a autora demonstra como o Neoliberalismo avança na medida em que ações antidemocráticas aliadas, conseqüentemente, a discursos autoritários e meritocráticos, se instauram na sociedade para legitimação do Estado Mínimo.

O projeto em questão tem o intuito de provocar uma ingerência nos processos institucionais. O fortalecimento da autonomia financeira no Future-se é sinônimo de afastar as IFES da dependência do orçamento público, ou melhor, de desobrigar o erário com o financiamento integral das instituições. (SOUZA, 2022, p. 183)

Durante o período bolsonarista ocorreu a pandemia do COVID – 19⁴ e nesse período de calamidade, os responsáveis pela gestão da crise aproveitaram aquele momento para continuarem discursando contra a Educação, evidenciando um projeto de desmonte e sucateamento, época em que a população necessitava das estruturas que estavam subfinanciadas a exemplo dos Hospitais Universitários Federais. A crise multidirecionada acarretada pela pandemia de COVID – 19 afetou instituições de ensino superior públicas e privadas.

No campo da educação, superior privada, não são apenas as universidades públicas que estão ruindo; as privadas também vêm passando por crises devido ao COVID-19 em um cenário em que as matrículas também têm diminuído. Nessas instituições, também temos estudantes pobres de baixa renda que ingressaram através de políticas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). (SOUZA, 2022, p. 185)

As nuances envolvendo as universidades públicas, e a crescente influência da extrema direita, afetam principalmente as camadas mais empobrecidas da população, visto que são eles os mais atingidos pela redução do financiamento das políticas públicas que incentivam a educação superior. Atualmente, após as eleições de 2022 e após o período pandêmico, o PT retornou ao executivo federal. Contudo, ainda é presente o espírito da ultradireita e suas forças políticas ainda atuam no Congresso e Senado.

3 O governo Bolsonaro e a Assistência Estudantil

A professora Lília Schwarcz, em entrevista ao Jornal do Campos (USP), universidade em que leciona, relata que o Bolsonarismo é multifatorial.

Porém, também ficou claro que se Jair Bolsonaro como pessoa é um acidente, o bolsonarismo, enquanto fenômeno social, não é. O bolsonarismo enquanto movimento é aliado de um movimento de maior tamanho, mundial, que criou esses líderes homens supremacistas brancos de classe média alta e que atuam na base do populismo digital. É um fenômeno para além de Jair Bolsonaro (...) (SCHWARCZ, 2022, s/p.)

⁴ No final de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) trouxe o alerta de vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Covid 19 é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. A doença é potencialmente grave, altamente transmissível e espalhou-se pelo mundo. Ver mais em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

Nesse momento da entrevista ainda era incerta a volta de Lula ao executivo; mas, pela fala da historiadora, é possível perceber que mesmo após a derrota de Bolsonaro nas urnas, o bolsonarismo estaria presente e atuante em suas bases aliadas, não diferente de como permeou todos os setores da sociedade e aqui, principalmente exposto como objeto de pesquisa, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para elencar a discussão central desse trabalho fez-se necessário um levantamento de artigos e trabalhos científicos na plataforma *google scholar*. Primeiramente colocou-se na busca o recorte temporal das publicações entre 2019 e 2022, seguido do descritor “PNAES” e obteve-se o quantitativo de 4000 publicações. Afunilando-se a pesquisa com os descritores “PNAES + Bolsonaro”, no mesmo recorte, o número de produções ficou reduzido a 360. Nesse grupo, foi possível observar que as produções tinham origem em campos teóricos diversos, passando, por exemplo pelo campo da Educação, Serviço Social, Psicologia e Políticas Públicas. Para esse debate em específico optou-se pelas produções no âmbito teórico da Educação, resultando em 21 materiais.

Tais produções científicas passaram por objetos de estudo também diversificados como: financeirização; neoliberalismo; ajuste fiscal na educação; evasão; relações étnicas – raciais; regionalismo na educação e monitoramento ou avaliação da educação superior. Diante disso, foram aplicados critérios de exclusão, selecionando os trabalhos que teriam o termo “Assistência Estudantil” como palavra-chave, e/ou no título, e aqueles em que o período de execução da pesquisa fosse igual ao período do tempo anteriormente estabelecido. Portanto, o resultado foi o total de 2 artigos encontrados e publicados em periódicos diferentes, sendo que um deles foi publicado em anais de evento acadêmico. Com a finalidade de melhor exposição dos dados, construiu-se a seguinte tabela de apresentação dos artigos:

Quadro 1: Artigos encontrados na pesquisa

Título	Fonte	Autores	Ano
A Política de Assistência Estudantil na educação superior do IFMS: estratégias e ações no contexto da pandemia da COVID-19	Repecult: revista ensaios e pesquisas em educação e cultura	Garcia; Evangelista e Maciel	2022
A permanência no ensino superior: uma análise sobre as Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal do Pará	Anais do XV seminário nacional de políticas educacionais & IV seminário internacional de políticas públicas educacionais, cultura e formação de professores	Braga e Santos	2022

Ensino superior público no Brasil: o percurso histórico e o papel da assistência estudantil no acesso e permanência dos estudantes	Scientiatic: revista de educação, ciência e tecnologia do IFRS	Moraes e Spessatto	2020
--	--	--------------------	------

Fonte: Vencio (2024).

A pesquisa teve as limitações próprias de sua metodologia e variáveis escolhidas, visto que o número de materiais encontrados não é expressivo. Pode-se inferir que foram poucas as fontes pois o tema é recente e no momento da escrita deste artigo ainda ocorrem os desdobramentos da política do antigo governo no âmbito da Assistência Estudantil.

De acordo com a bibliografia citada a seguir, em suas produções e durante a vigência do Governo de Jair Bolsonaro, os autores trazem em comum a importância do PNAES para a permanência dos discentes. Em relação ao executivo federal, Moraes e Spessatto (2020) expõem o corte de verbas e o ataque à soberania das universidades nas eleições para reitoria, bem como o uso dos aparelhos midiáticos pois, segundo elas “Com a sucessão do governo de Michel Temer pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o ataque direto às instituições de ensino intensificou-se publicamente nos meios de comunicação e nas ações governamentais.” (MORAES E SPESSATTO, 2020, p. 26). O conteúdo das autoras, em seguida, não faz alusão direta à conjuntura política que envolve o executivo federal; porém, continuam trazendo elementos da sua interferência na execução do PNAES.

O trabalho de Braga e Santos (2022) coloca em evidência o contexto da Política Nacional de Assistência Estudantil na UFPA. As autoras também expõem a ingerência da austeridade fiscal, principalmente os cortes ocorridos de 2016 a 2019. No decorrer do artigo as pesquisadoras demonstram o quadro de dados extraídos do setor responsável pela execução do PNAES na Universidade e informam que a maior abrangência de atendimento no período aconteceu com os auxílios indiretos como os de assistência à saúde e apoio pedagógico, por exemplo. “Já os Programas que envolvem auxílios diretos, com pagamento de bolsas, abarcam um quantitativo bem menor de alunos.” (BRAGA E SANTOS, 2022, p. 166)

Finalizando a TRÍADE de artigos selecionados, em Garcia; Evangelista e Maciel (2022) as autoras citam o momento da pandemia do COVID – 19 e como ocorreu a execução da Política de Assistência Estudantil no IFMS, expondo o acirramento das condições de vulnerabilidade socioeconômica e sanitárias em um conjunto de fatores que afetou negativamente as IFES nesse período. A pandemia evidenciou a ausência do Estado Bolsonaro nos setores de serviços essenciais, inclusive no âmbito da Política de Educação.

(...) Bolsonaro vetou o projeto de Lei nº 3.477/2020 que tinha o objetivo de garantir internet para os estudantes e professores de educação básica da rede pública. Assim, pode-se constatar que fomentar a educação para todos e de qualidade no Brasil em contexto de pandemia tem se transformado em uma utopia mediante a falta de ação e investimentos do Estado. (GARCIA; EVANGELISTA E MACIEL 2022, p. 8)

Os trabalhos selecionados conversam entre si quanto às dificuldades na execução da Assistência Estudantil durante os anos do governo de Jair Bolsonaro, visto que o perfil neoliberal do poder executivo, e da base bolsonarista no legislativo, avançou em cortes orçamentários, que também conversam com dois capítulos da obra “Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes” de França; *et al.* (2022), em que Silva; Ribeiro e Andrade (2022) mencionam os dados orçamentários das IFES e do PNAES.

O corte previsto para o conjunto das Instituições Federais de Ensino (IFES) em 2021 é de R\$ 1,17 bilhões, pouco mais de 18%. Em 2020 as IFES tiveram orçamento de R\$ 5,54 bilhões; para 2021, o PLOA prevê R\$ 4,36 bilhões. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), incluso nesse montante, deverá receber R\$ 250 milhões a menos, caindo de R\$ 1,05 bilhão, em 2020, para R\$ 800 milhões, em 2021. Em síntese, segundo a Andifes, nos últimos 11 anos o orçamento do MEC para as universidades federais caiu 37% nas despesas discricionárias, se comparadas às de 2010 corrigidas pela inflação. (SILVA, RIBEIRO E ANDRADE, 2022, p. 170)

Em outro capítulo a autora Souza (2022) vai em consonância com os textos escolhidos ao citar o projeto de desmonte em relação às universidades e a interferência no processo de eleição das reitorias. Ela também expõe a fragilidade dos governos de direita no enfrentamento ao COVID – 19, um importante marco para as políticas públicas no Brasil pois, “[...]a pandemia veio criar um problema inesperado para a direita: os países em que estavam no poder foram aqueles em que a proteção da vida foi, em geral, mais deficiente.” (SOUZA, 2022, p. 186)

A partir da reflexão dos textos de referência, é possível verificar os prejuízos para a execução da Política de Assistência Estudantil quando essa é gerida por um governo com caráter neoliberal e de extrema – direita, uma vez que o Bolsonarismo em seu breve período no poder se colocou como inimigo da Educação Superior Pública, contra os investimentos nesse setor e a favor do sucateamento. Os textos também demonstram a resistência das IFES em relação a esse período de ataques. Sendo assim, o próprio esforço em relatar, refletir e expor o assunto testemunha a importância da Assistência Estudantil para a permanência e a qualidade das Instituições de Ensino, apesar das condições objetivas de trabalho e aprendizagem do momento vivido.

4 Considerações Finais

A Política de Assistência Estudantil (PNAES) como um dos desdobramentos da Políticas para a Educação Superior, ao longo de sua história no país, passa por um cenário político econômico e social com características específicas de um modelo de governança que se inicia no golpe-jurídico-midiático-parlamentar e continua se expressando a partir do bolsonarismo. Tal modelo é aplicado em uma perspectiva neoliberal e de perfil direitista.

Após o golpe, no governo Temer veio a limitação do teto de gastos, regulamentado pela EC 95, que trouxe contenção de gastos com as questões sociais, atingindo o financiamento das Universidades Públicas e, especialmente, as bolsas de estudo e de assistência estudantil.

O governo de Jair Bolsonaro encontrou terreno fértil para o contínuo desmonte das políticas sociais. Com um discurso apelativo e de escrachado, o rosto da extrema direita era a persona ideal para o início de uma retomada do ultra neoliberalismo na América Latina. O modelo político econômico proposto desde o início clamou por um Estado mínimo indo de encontro ao resultado do objetivo central da pesquisa que evidencia que o governo Bolsonaro cortou orçamento do PNAES, prejudicando o alcance e a execução da política.

Percebe-se que ainda há muitas variáveis para explorar e que o aumento nas bases de dados de pesquisa, como nos repositórios de teses e dissertações, pode auxiliar no escopo da discussão. Apesar de Bolsonaro ter perdido nas urnas, as forças políticas que o apoiavam ainda estão presentes no governo Lula atual e o sentimento bolsonarista ainda existe em grande parte da sociedade. Todavia, é necessário estar em alerta, mas também nos pautarmos na defesa de uma Assistência Estudantil integral e inclusiva para uma Instituição de Ensino Superior democrática e acessível.

Referências

ANDRADE, A. M. J de; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Sorocaba-SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de nov, 2024.

BORGES, M. C. A formação de professores nos projetos de expansão das universidades públicas - desafios e possibilidades. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 02 p. 252 - 279 abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1MWq-DKvVQfRo-tgmvAp1j8GX-nnMNwEVxXmp1LyB7pI/edit?tab=t.0>>. Acesso em: 17 de out. 2024

BRAGA, S. B; SANTOS, T. F. A. M. dos S. A Permanência no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de assistência estudantil da universidade federal do Pará. *In: Seminário*

Nacional de Políticas Educacionais, XV, 2022, Belém – PA. **Anais eletrônicos** [...] Belém: S. E. 2022. P. 161-169. Disponível em: <<http://xvseminariodoppgedufpa.com.br/anais/>>. Acesso em 15 de nov. 2024.

BRASIL, 2010. DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm acesso em: 10 de nov. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. “**O Teto de Gastos está limitando os recursos para a educação?**”. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/perguntas-frequentes/financiamento-da-educacao/o-teto-de-gastos-esta>. Acessado em: 20 de nov. 2024.

BROWN, Wendy. **En las ruinas del neoliberalismo: el ascenso de las políticas antidemocráticas em Occidente**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020

CAVALCANTI, B. M; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017c

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação**. [S. l.], v. 27, n. 1, p. jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19967>>. Acesso em: 16 de nov. 2024.

DUARTE, K. A. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo -SP, v. 146, n.3, 19 p., 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/?lang=pt>>. Acesso em 15 de nov. 2024.

FRANÇA, P. D. C. de. *Et. Al.* A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e suas relações com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Revista Spacios**. Online, v. 41, n. 48, 2020. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a20v41n48/a20v41n48p16.pdf>>. Acesso em 15 de nov. 2024.

GARCIA D. R. N de. SOUZA; E. J. N; M. C. E. A política de assistência estudantil na educação superior do IFMS: estratégias e ações no contexto da pandemia da covid-19. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**. Rio de Janeiro - RJ, v, 6 n. 10, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/87/71>>. Acesso em: 08 de nov. 2024.

GARCIA D. R. N de. SOUZA; MACIEL, C. E. Concepções de Estado e a Materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **EDUCAÇÃO**, Santa Maria - RS. v. 44, 2019. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edufsm/v44/1984-6444-edufsm-44-e31459.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2024.

GUEDES, L. Lilia Schwarcz: “O bolsonarismo é um fenômeno social de ressentimento”. **Jornal do Campus**. São Paulo, 7 de out. 2022. Disponível em: <<https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/10/lilia-schwarcz-o-bolsonarismo-e-um-fenomeno-social-de-ressentimento/>>. Acesso em 18 de nov. 2024.

Histórico da pandemia de COVID-19. **OPAS**, 31 de dez. 2019. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo -SP, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 de nov. 2024.

MARCELINO, F. Temer e sua Ponte para o Passado. **Outras palavras**. São Paulo, 4 abr. 2016. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/temer-e-sua-ponte-para-o-passado/>>. Acesso em 18 de nov. 2024.

MANCEBO, D. Crise Política-Econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p. 875- 892, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/nZy4FYc4TStyLtQTB5RhXLG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 18 de nov. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Teto de Gastos está limitando os recursos para a educação? Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/perguntas-frequentes/financiamento-da-educacao/o-teto-de-gastos-esta#:~:text=A%20Emenda%20Constitucional%20n%C2%BA%202095,aplicar%20percentual%20menor%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em 18 de nov. 2024.

MORAES N. de J; SPESSATTO, M. B. Ensino superior público no Brasil: o percurso histórico e o papel da assistência estudantil no acesso e permanência dos estudantes. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**. Rio Grande do Sul. v. 7 n. 4, p: 16-42, dezembro 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4746/2847>>. Acesso em: 02 de dez. 2024.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>>. Acesso em: 1 de dez. 2024.

SILVA, L. B e; COSTA, N. C. D. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Revista Agenda Política**. [S. l.], v. 6, n. 2, p. 166–192, 2018. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/208>>. Acesso em: 25 de nov. 2024.

SILVA, R. L; RIBEIRO, P. R. de O; ANDRADE, M. de O. O descaso com a política educacional no Governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, C. R; CRUZ, D. U da. (Orgs.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 161 – 174.

SOUZA, M. R. A era bolsonarista e o desmonte das políticas sociais de acesso à educação. In: ZIMMERMANN, C. R; CRUZ, D. U da. (Orgs.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 175 – 191.